

6

FINANÇAS DO GOVERNO LOCAL

As finanças estão no centro de um governo local eficaz e autónomo. Se lhe for negado financiamento suficiente, as autoridades locais não podem desempenhar as suas funções. As finanças locais giram especialmente entorno de quatro assuntos principais: (1) a receita das autoridades locais; (2) o orçamento; (3) as despesas; e (4) os controlos internos e externos para acautelar e corrigir a má gestão financeira, incluindo a corrupção.



As receitas das autoridades locais

Face às responsabilidades atribuídas ao governo local (ver Ficha Técnica #4), o princípio básico é que “os fundos seguem funções”. As autoridades locais arrecadam impostos e taxas de serviços, e também recebem transferências do governo central. Idealmente, as autoridades locais devem, sempre que possível, arrecadar a receita necessária para financiar suas funções. Isso promove a auto-confiança, que por sua vez é essencial para a prestação de contas e boa gestão financeira. No entanto, nem todas as autoridades locais têm acesso aos mesmos recursos económicos para arrecadar receitas fiscais. Ao mesmo tempo, todos os cidadãos de um país têm direito a níveis de serviços semelhantes, ou pelo menos um “patamar mínimo” semelhante. As receitas arrecadadas a nível central devem também ser partilhadas entre as autoridades locais de acordo com as suas respectivas necessidades.

Arrecadação de receitas próprias

Quando a democracia local é destinada a permitir que os cidadãos expressem suas preferências no que diz respeito aos serviços que recebem, eles responsabilizam os políticos e administradores pelos impostos pagos e pelos serviços exigidos e recebidos. No entanto, quando uma autoridade local recebe a maior parte da sua receita do governo central, não há prestação de contas à comunidade local, ocorre um desperdício e os recursos são esbanjados. Na Nigéria, por exemplo, autoridades locais, que recebem quase toda a sua receita através de transferências federais, frequentemente enfrentam acusações de gastos injustificáveis e corrupção.

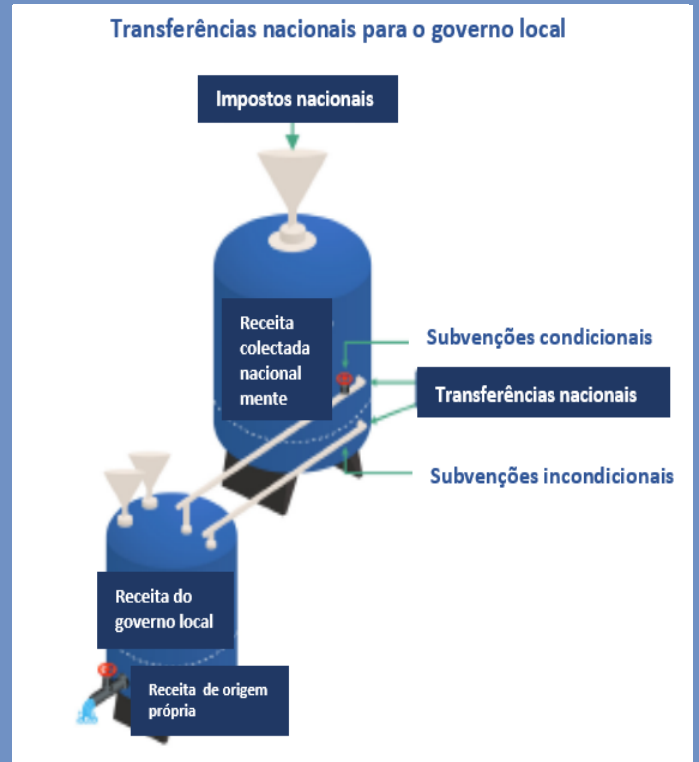
Os impostos sobre propriedade constituem a principal taxa local usada em África. Outros impostos incluem impostos de entretenimento (por exemplo, em bilhetes de cinema ou de desporto), enquanto outras receitas são geradas com a emissão de várias licenças, tais como as licenças de veículos. Onde uma autoridade local fornece eletricidade, água, saneamento e remoção de lixo, as taxas de utilização para estes serviços podem gerar receitas substanciais. Na África do Sul, a maioria dos municípios arrecada maior parte de sua renda através das taxas de usuários de eletricidade e água.



Transferências do governo central

A receita que os governos locais podem arrecadar geralmente é insuficiente para cobrir todas as despesas dos serviços e funções que devem prestar. Existe, portanto, uma grande lacuna de financiamento entre a receita própria e as obrigações de despesa, cuja dimensão depende do montante de receita que cada autoridade local pode obter da sua base económica. Assim, o governo central, preenche a lacuna de financiamento, assegurando que tenha um patamar mínimo de serviços que todas as autoridades locais devem fornecer. O governo central também pode conceder subsídios condicionais com o objetivo de implementar programas nacionais, tais como a construção de rodovias.

A decisão quanto ao montante de dinheiro que deve ser transferido para todos os governos locais, e como esse montante é dividido entre os diferentes governos locais, muitas vezes é difícil de ser tomada. No Zimbabwe, um mínimo de 5% do orçamento nacional deve ser transferido para todas as províncias, municípios (zonas metropolitanas) e autoridades locais. A abordagem comum é que o governo central determine a quantia, muitas vezes com alguma contribuição sobre as necessidades dos governos locais. O método mais justo de distribuição de transferências entre os governos locais é composto por uma série de factores, incluídos numa fórmula. Isto garante que o valor recebido por cada autoridade local não esteja sujeito à manipulação política, mas determinado de acordo com suas necessidades.

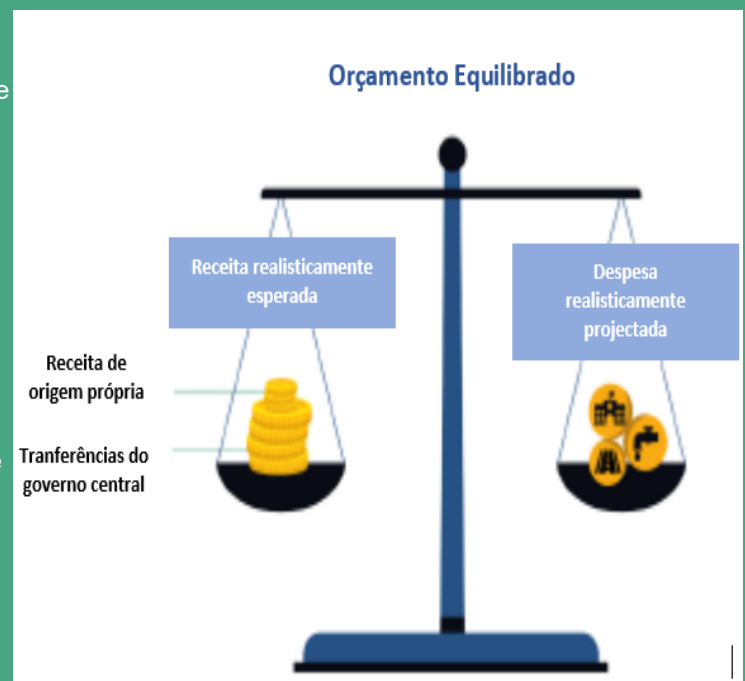


Orçamento

A adopção do orçamento anual é a decisão mais importante que o conselho eleito de uma autoridade local faz anualmente. Este conselho estabelece as suas prioridades de gastos (que serviços e em que nível serão prestados), e como serão financiados.

Em países como a África do Sul, onde as autoridades locais gozam de certo nível de autonomia, o conselho toma a decisão final. Em outros países, como a Botsuana, o orçamento deve ser aprovado pelo Ministério que superintende no governo local, um processo que compromete a responsabilização local.

Como regra geral, as autoridades locais não podem ter défices orçamentais, o que significa que devem ser equilibrados e que sua receita realisticamente esperada deve corresponder às suas despesas previstas e planeadas. Mas isso levanta a questão dos poderes que o conselho detém para contrair empréstimo: será que podem contrair empréstimos para equilibrar o orçamento? Nesse sentido, uma distinção muitas vezes é feita: eles podem contrair empréstimo para equilibrar o orçamento? Neste sentido, é frequentemente feita uma distinção: o dinheiro não pode ser emprestado para cobrir despesas correntes, mas empréstimos podem ser feitos para pagar projetos de infra-estruturas de longo prazo. Na maioria dos países, são estabelecidas condições muito rigorosas pelo governo central sobre quando uma autoridade local pode contrair empréstimos.





Despesas

Na maioria dos países africanos, o flagelo da má gestão das finanças e da corrupção está sempre presente, e gira principalmente em torno de decisões sobre despesas. Como é abordado este problema? As receitas, que foram obtidas de forma difícil pelos governos, devem ser gastas de acordo com os seguintes princípios:

- As despesas devem resultar na execução ao orçamento. As despesas não podem ser efetuadas para outros fins, a não ser aos que foram especificados no orçamento, e apenas para os montantes atribuídos no orçamento.
- As decisões das despesas devem seguir o processo correcto, e devem cumprir as regras e os regulamentos prescritos, relacionados à aquisição de bens e serviços em particular. Neste sentido, as despesas não podem ser irregulares.
- As despesas devem ser feitas para fins produtivos, daí a regra contra as despesas inúteis e supérfluas.

Onde o governo local tem alguma autonomia, o conselho toma as decisões finais sobre as despesas. Em alguns países, os governos locais não são de confiança para tomar tais decisões, exigindo-se que o governo central deva aprovar as despesas de grande vulto.



Controle sobre despesas

O conselho democraticamente eleito, é o principal órgão responsável por assegurar que as finanças da autoridade local sejam devidamente geridas. Eles devem assegurar que todos os impostos e taxas sejam cobrados; que as despesas sejam realizadas de acordo com as regras gerais de aquisição; e que as regras básicas de orçamentos equilibrados sejam seguidas. No entanto, este órgão poderia falhar na execução adequada desta tarefa porque os funcionários carecem de competências e capacidades necessárias, ou as receitas municipais são mal-gastadas devido a corrupção. Isto pode ser remediado das seguintes formas :

- As finanças de uma autoridade local devem ser transparentes, de tal forma que a sociedade civil possa questionar o conselho e responsabilizar o conselho.
- O Auditor-Geral é a instituição importante criada para assegurar a transparência e a prestação de contas. Este departamento verifica se as receitas foram colectadas de acordo com a lei, e como foram gastas. A instituição presta contas tanto ao conselho como ao governo central, que devem ambos agir com base nas suas recomendações.
- O governo central pode tomar medidas de supervisão, conforme descrito na Ficha Informativa #7.
- Também pode haver outros órgãos constitucionais, tais como um Provedor de Justiça ou uma comissão anti-corrupção, que pode investigar queixas de má administração e corrupção.